

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE BAIXO GUANDU – ESPÍRITO SANTO

Manoel Augusto Polastreli Barbosa ¹
Antonio Donizetti Sgarbi ²

RESUMO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constitui-se como um documento que apresenta a identidade de uma instituição escolar, formado por sua Proposta Político-Pedagógica (PPP), abarcando o plano de metas e o plano de sustentabilidade para um período de vigência cinco anos. Diante da relevância deste documento para as instituições escolares, o objetivo deste estudo é analisar de que forma a Educação Ambiental é trazida nos PDI das escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES. Metodologicamente, a pesquisa é classificada como qualitativa, exploratória e documental. Os dados foram coletados a partir da análise de 22 PDI de instituições escolares públicas municipais do respectivo município. De modo geral, o estudo aponta que a abordagem da Educação Ambiental se dá de diferentes formas nos PDI analisados, apresentando certa variação e até mesmo inexistência do termo. Nos PDI onde o termo é abordado, há certa diferenciação de como a temática é tratada nas escolas, indo desde o desenvolvimento de projetos com enfoque no termo até a utilização de temáticas específicas ligadas à área, assim como a utilização de outras estratégias de desenvolvimento. Ressalta-se a importância da presença da Educação Ambiental no documento legal que reflete a identidade da escola, assim como sua abordagem de forma contínua, crítica e participativa, em prol da formação de cidadãos atuantes na sociedade, conforme assegurado na Política Nacional de Educação Ambiental e na Política Estadual de Educação Ambiental do Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Documentos Institucionais, Educação Infantil, Ensino Fundamental, PNEA.

INTRODUÇÃO

O PDI configura-se como um documento composto pela Proposta Político-Pedagógica (PPP) nas instituições escolares, agregando o plano de metas e o plano de sustentabilidade para um período de vigência de cinco anos (SEDU, 2014). O PPP, por sua vez, é documento que traz a identidade da instituição escolar, resultante do diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, que tem como objetivo a organização e o planejamento do trabalho administrativo e pedagógico da instituição escolar, buscando soluções para as questões identificadas no diagnóstico do contexto institucional (SEDU, 2017).

A introdução do PDI no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo foi dada pela Resolução do Conselho Estadual de Educação Nº 3.777/2014, visando o planejamento e a

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, manoelpolastreli@hotmail.com;

² Professor EBTT do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, antonio.sgarbi@ifes.edu.br;

gestão institucional e firmando a filosofia, a missão, a visão e as estratégias para atingir objetivos e metas da Instituição Escolar. De acordo com Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU, 2017, p. 65), a Educação Ambiental deve constar nos PDI, uma vez que o documento possui o caráter de orientação para a escola no que compete a “[...] organização das atividades educativas necessárias ao processo de ensino e aprendizagem para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, capazes de atuar na sociedade de modo individual e coletivo, transformando a realidade”. Além disso, vale destacar que a Educação Ambiental já era anteriormente assegurada para o seu desenvolvimento em instituições escolares nos aparatos legais pela Política Nacional de Educação Ambiental, amparada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) e pela Política Estadual de Educação Ambiental instituída através da Lei Nº 9.265 (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Deste modo, surge a seguinte problemática como direcionadora desta pesquisa: como a Educação Ambiental é trazida nos Planos de Desenvolvimento Institucionais das escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES? Para respondê-la, delimitamos como objetivo analisar de que forma a Educação Ambiental é trazida nos Planos de Desenvolvimento Institucional das escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES.

A escolha do município em questão deve-se ao envolvimento deste estudo na pesquisa de Doutorado “Aspectos históricos e socioambientais do Rio Doce na formação de educadores ambientais do município de Baixo Guandu – ES” do Programa Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vila Velha. Além disso, o estudo é vinculado ao “Projeto Rio Doce Escolar: Formação de Educadores em Educação Ambiental nas Escolas Capixabas do Rio Doce”, uma parceria entre o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – Campus Vila Velha, a Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FACTO) e a Secretaria da Educação do Espírito Santo (SEDU), para a promoção de formação em nível de pós-graduação de educadores, com atuação em escolas públicas da educação básica dos quatro municípios situados no decorrer da bacia do Rio do Doce no Estado do Espírito Santo (ES): Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares, integrando ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFES, 2021; FUNDAÇÃO RENOVA, 2021).

O Projeto Rio Doce Escolar: Formação de Educadores em Educação Ambiental nas Escolas Capixabas do Rio Doce compõe uma das ações do PG 33 - Programa de Educação para revitalização da Bacia do Rio Doce, vinculado a Fundação Renova, criada com o objetivo de executar medidas de reparação, restauração e recuperação por meio de programas socioeconômicos e socioambientais, em conformidade com a Política Nacional de Educação

Ambiental, o Decreto Regulamentador nº 4.281/2002, as deliberações do Comitê Interfederativo – CIF (Deliberações 136 e 240) e a Cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (UNIÃO et al., 2016; IFES, 2021; FUNDAÇÃO RENOVA, 2021).

METODOLOGIA

A pesquisa em questão tem abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2003), configura-se como estudo exploratório, documental e de natureza empírica (GIL, 2008, 2022). Para o desenvolvimento deste estudo, 22 PDI de escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES compuseram o corpus. A seleção dos materiais se deu de acordo com a disponibilidade dos documentos para acesso e análise. Sendo assim, entre as instituições escolares participantes do estudo, estão:

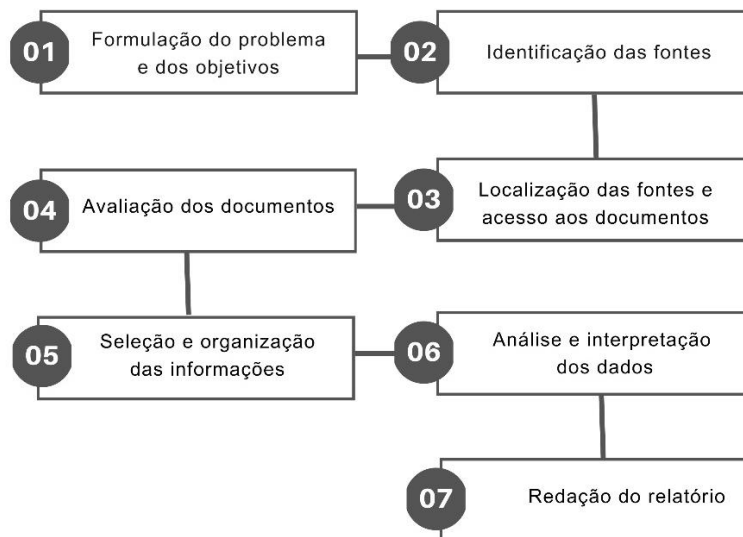
Quadro 1 – Listagem de escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES participantes do estudo

Nº	Escola	Interstício
1	CMEI Cosme e Damiano	2021 a 2025
2	CMEI Dona Chica	2020 a 2024
3	CMEI Dona Rosa	2020 a 2024
4	CMEI Zilda Castiglioni Rosa Guzzo	2021 a 2025
5	CMEI Dona Eufrásia Balmann	2021 a 2025
6	CMEI Dona Paula	2020 a 2024
7	CMEI Francisco João da Silva ‘Neginho’	2021 a 2025
8	CMEI Professora Idália Gomes Santos	2021 a 2025
9	EMEF Olga Martinelli	2020 a 2024
10	EMEIEF Benevenuto Clementino Gobbo	2021 a 2025
11	EMEIEF Governador Lacerda de Aguiar	2020 a 2024
12	EMEIEF Julia de Carvalho Fischer	2020 a 2024
13	EMEIEF Professor José Nunes	2021 a 2025
14	EMEIEF Professora Léa Holz	2021 a 2025
15	EMEIEF Carlos Luiz Frederico	2021 a 2025
16	EMEIEF Darlene Maggioni Franquini	2020 a 2024
17	EMEIEF João Júlio Cardoso	2020 a 2024
18	EMEIEF João XXIII	2021 a 2025
19	EMEIEF Presidente Kennedy	2021 a 2025
20	EMEIEF Profª Elza Ewald de Oliveira	2021 a 2025
21	EMUEIEF Santa Rosa	2021 a 2025
22	EMUEIEF Barra de Santa Rosa	2021 a 2025

Fonte: os autores (2023).

Entre as etapas utilizadas para a pesquisa documental, estiveram:

Figura 1: Etapas da Pesquisa Documental.



Fonte: os autores (2023) baseados em Gil (2022).

Posteriormente a formulação do problema e dos objetivos, as fontes foram identificadas, ou seja, os PDI das escolas públicas municipais de Baixo Guandu – ES. Feito isso, as fontes foram solicitadas a Secretaria Municipal de Educação de Baixo Guandu - ES. Neste processo, foi verificado que nem todos os documentos tinham suas versões disponíveis, o que culminou na análise dos 22 PDI, conforme já citado.

A partir do acesso aos PDI, foi realizada a autenticidade, a credibilidade, a representatividade e o significado dos documentos (GIL, 2022). Logo após, informações iniciais foram identificadas e organizadas para a produção do Quadro 1, contendo identificação e interstício dos documentos.

A próxima etapa se deu com uma leitura flutuante dos PDI das instituições escolares. Feito isso, uma nova leitura foi realizada para que fossem feitas demarcações relacionadas a temática Educação Ambiental encontradas nos documentos.

As demarcações identificadas nos PDI foram agrupadas em um quadro de modo a facilitar sua análise e compreensão com base no problema de pesquisa e objetivo levantados para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os PDI analisados demonstram diferentes modos de desenvolvimento da Educação Ambiental nas instituições escolares. Para melhor visualização e compreensão das ações desenvolvidas em cada escola, o quadro abaixo foi organizado de modo a apresentá-las, assim como apontar as escolas³ que desenvolvem estas ações:

Quadro 2 – Formas de desenvolvimento da Educação Ambiental de acordo com os PDI analisados das escolas públicas municipais de Baixo Guandu - ES

Forma de Desenvolvimento	Escolas
Projetos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22
Palestras	12, 18, 20, 22
Práticas pedagógicas	6, 12, 18
Dias comemorativos	7, 8, 15
Ações de responsabilidade social	7, 10, 18
Semana do Meio Ambiente	12, 18
Feiras de Ciências	10
Participação em programas e ações	10
Educação Ambiental não citada	11

Fonte: os autores (2023).

Conforme demonstrado no quadro acima, os projetos são as formas de desenvolvimento da Educação Ambiental mais encontradas nos documentos analisados. Em alguns PDI, são apontados de modo geral, por vezes, com mínima especificação, em outros, são citados a realização de workshops com temas voltados a sustentabilidade, preservação de nascentes, água, separação e destinação do lixo, conscientização sobre o mosquito transmissor de doenças (*Aedes Aegypti*), reciclagem, consumo x desperdício e horta escolar. Na maioria dos PDI, os projetos de Educação Ambiental são descritos como uma ação desenvolvida em um

³ Os números elencados em cada ação correspondem as escolas demonstradas no Quadro 1.

determinado período. Todavia, há caso de documentos que apontam que eles são realizados durante todo o ano letivo.

As palestras foram ações descritas em quatro documentos analisados, demonstrando parceria realizadas com as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente, assim como com demais órgãos responsáveis pelo Meio Ambiente e Saneamento Básico do município de Baixo Guandu – ES.

Práticas pedagógicas foram identificadas tanto nos contextos das instituições escolares, quanto em espaços não-formais de educação. Certos documentos, apontam o desenvolvimento de ações durante todos os trimestres, envolvendo diversas temáticas; assim como, aulas de campo em instituições como o Instituto Terra e o Parque Botânico da Usina Eliezer Batista.

Com base nas análises desenvolvidas, verificou-se que datas comemorativas também são utilizadas para o desenvolvimento da Educação Ambiental, entre elas, o dia da água foi apontado em três documentos.

Ações de responsabilidade social também são verificadas nos documentos analisados, tais como campanhas de conscientização sobre a preservação do Meio Ambiente, abordando temas como resíduos sólidos e sustentabilidade, a confecção de animais recicláveis, a exibição de filmes temáticos, dramatizações, etc. O envolvimento da comunidade e a relação com demais instituições, por vezes, é apontado como um fator utilizado nestas ações.

Além das formas de desenvolvimento da Educação Ambiental já mencionadas, a realização de Semana do Meio Ambiente, Feiras de Ciências que destacam o enfoque direcionado a orientação e a conscientização sobre a preservação do meio ambiente e a participação em programas e ações, tais como concurso de redação “Preservação da Mata Atlântica (Usina Hidrelétrica de Aimorés – MG) – Grupo Aliança, também foram ações apontadas nos documentos analisados. Enquanto, em um dos documentos analisados, a Educação Ambiental não é citada em nenhum momento.

De modo geral, o estudo aponta que a abordagem da Educação Ambiental se dá de diferentes formas nos PDI analisados, apresentando certa variação e até mesmo inexistência do termo e de suas conseqüentes ações em certos documentos. Todavia, reforça-se a necessidade de sua inserção, assim como sua prática no espaço escolar, conforme exposto no Artigo 16 da Política Estadual de Educação Ambiental por meio da Lei Nº 9.265 (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 16): “A Educação Ambiental deve ser inserida em todos os níveis e modalidades de ensino constituindo-se em uma prática educativa contínua, permanente e integrada aos projetos educacionais e incorporada ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos PDI onde o termo é abordado, há certa diferenciação na abordagem da Educação Ambiental nas escolas, indo desde o desenvolvimento de projetos com enfoque no termo até a utilização de temáticas específicas ligadas à área. Independentemente da forma como a Educação Ambiental é desenvolvida, ressalta-se a importância de sua promoção de forma contínua, crítica e participativa, em prol da formação de cidadãos atuantes na sociedade, respondendo aos preceitos legais em vigor.

Deste modo, evidencia-se a necessidade de reformulação de PDI onde a Educação Ambiental não é trazida ou quando se encontra presente de forma superficial, abordando-a de forma inter e transdisciplinar nos documentos institucionais escolares, assim como nos planos de desenvolvimento da escola, assegurando a sua promoção neste espaço de formação pública.

AGRADECIMENTOS

À Prefeitura de Conceição do Castelo - ES pelo apoio à Formação Continuada de Professores. À Prefeitura de Baixo Guandu - ES pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa. Ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) pelo apoio à pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.html> Acesso em: 26 jul. 2023.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL COSME E DAMIÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA CHICA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA EUFRÁSIA BALMANN. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA PAULA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA ROSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANCISCO JOÃO DA SILVA 'NEGUINHO'. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA IDÁLIA GOMES SANTOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILDA CASTIGLIONI ROSA GUZZO. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação, Portugal**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

ESCOLA MUNICIPAL UNIDOCENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SANTA ROSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL BENEVENUTO CLEMENTINO GOBBO. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS LUIZ FREDERICO. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2021.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DARLENE MAGGIONI FRANQUINI. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL GOVERNADOR LACERDA DE AGUIAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO JÚLIO CARDOSO. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO XXIII. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL JULIA DE CARVALHO FISCHER. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PRESIDENTE KENNEDY. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROF^a ELZA EWALD DE OLIVEIRA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR JOSÉ NUNES. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA LÉA HOLZ. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL OLGA MARTINELLI. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2020/2024. Baixo Guandu, 2020.

ESCOLA MUNICIPAL UNIDOCENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL BARRA DE SANTA ROSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** interstício 2021/2025. Baixo Guandu, 2020.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 9625, de 15 de julho de 2009. **Política Estadual de Educação Ambiental.** Disponível em: < <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9265.html> > Acesso em: 26 jul. 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **PG-033 – Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.** Belo Horizonte: Fundação Renova, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 208 p.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008. 200 p.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vila Velha. **Programa RioDoceEscolar:** Formação de Educadores em Educação Ambiental nas Escolas Capixabas do Rio Doce. Formulário De Apresentação De Plano De Trabalho. PG33- Programa de Educadores para Revitalização da Bacia do Rio Doce. IFES: Vila Velha – ES, 2021. 56 p.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SEDU (Espírito Santo). Resolução CEE Nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo,** Vitória, 13. maio 2014.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SEDU (Espírito Santo). Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação Assessoria Especial de Gestão Escolar. **Manual de Gestão:** Informações úteis ao Gestor Escolar da Rede Estadual do Espírito Santo. Vitória: SEDU, 2017.



UNIÃO et al. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC**. Brasília, 2016. 119 p. Disponível em:
http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2016/DESASTRE_MARIANA/CIF/ACORDO_-_FINAL_-_ASSINADO.PDF. Acesso em 22 out. 2022.